CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Ministro do Supremo Flávio Dino retira sigilo de caso Dark Horse relacionado a emendas parlamentares

Fonte original: Jornal O Sul. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Jornal O Sul (osul.com.br)
Autor	Não identificado
Data de publicação	13/09/2026 04:00
URL original	https://www.osul.com.br/ministro-do-supremo-flavio-dino-retira-sigilo-de-caso-dark-horse-relacionado-a-emendas-parlamentares/
Relevância	Média · Investigação e Justiça · Notícia
Pessoas citadas	Flávio Dino, Mário Frias, Karina Gama
Organizações	Polícia Federal, Complexsys, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Prefeitura de São Paulo, Academia Nacional de Cultura (ANC)
Data da coleta	20/11/2026 04:06
Situação	No ar · última verificação 26/11/2026 07:05
Versões	3 — editada após a publicação (última alteração 26/11/2026 07:05)

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Segundo o despacho, a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo ICB (Instituto Conhecer Brasil), entidade presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama e beneficiária de recursos oriundos de emendas parlamentares, recebeu transferências do deputado federal Mário Frias (PL-SP), que, segundo a Polícia Federal, teria papel central na suposta engrenagem investigada, e também repassou recursos de volta ao próprio instituto.

• Para a Polícia Federal, a circulação de recursos entre Frias, a Complexsys, o ICB e a ANC sugere a existência de um “circuito financeiro fechado”, compatível com a atuação coordenada de um mesmo núcleo.

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Jornal O Sul

RESUMO

O ministro também registra uma linha de investigação que apura possíveis vínculos do grupo investigado com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital). De acordo com a representação reproduzida no despacho de Flávio Dino, os investigadores identificaram vínculos societários cruzados, proximidade entre sócios e administradores, empresas com faturamento declarado incompatível com os valores movimentados e sucessivas devoluções de recursos sem justificativa econômica aparente.

Quinta-feira, 26 de novembro de 2026

Por Redação O Sul | 13 de setembro de 2026

Decisão foi tomada neste domingo (13)

Foto: Rosinei Coutinho/STF

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federl), Flávio Dino, levantou neste domingo (13) o sigilo de documentos enviados pela Justiça de São Paulo e unificou sob sua relatoria investigações que apuram um suposto esquema de desvio de recursos públicos envolvendo emendas parlamentares federais, contratos ligados à Prefeitura de São Paulo e pessoas vinculadas ao deputado federal Mário Frias (PL-SP).

Na última quinta-feira (10), Mario Frias classificou como “cortina de fumaça” a operação da PF que realizou buscas em sua residência. Em vídeo publicado nas redes sociais, o parlamentar negou irregularidades, afirmou que vai colaborar com as investigações e entregar todos os documentos necessários e disse acreditar no arquivamento do caso. Foi a primeira manifestação de Frias sobre a operação.

Na decisão divulgada neste domingo, Dino afirma haver indícios de conexão entre os inquéritos e menciona a hipótese investigativa de uma organização criminosa voltada à captação, circulação e

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

ocultação de recursos públicos. O ministro também registra uma linha de investigação que apura possíveis vínculos do grupo investigado com a facção PCC (Primeiro Comando da Capital).

Segundo o despacho, a Complexsys Soluções Integradas Ltda., empresa de tecnologia contratada pelo ICB (Instituto Conhecer Brasil), entidade presidida pela empresária Karina Ferreira da Gama e beneficiária de recursos oriundos de emendas parlamentares, recebeu transferências do deputado federal Mário Frias (PL-SP), que, segundo a Polícia Federal, teria papel central na suposta engrenagem investigada, e também repassou recursos de volta ao próprio instituto.

De acordo com o documento, a empresa ainda transferiu valores para a ANC (Academia Nacional de Cultura), organização sem fins lucrativos também presidida por Karina Gama. Para a Polícia Federal, a circulação de recursos entre Frias, a Complexsys, o ICB e a ANC sugere a existência de um "circuito financeiro fechado", compatível com a atuação coordenada de um mesmo núcleo.

"Essa circulação de recursos entre o parlamentar, a entidade executora, a empresa contratada e outra organização beneficiária não se compatibiliza com relações negociais independentes e economicamente justificadas. Ao contrário, evidencia um circuito financeiro fechado, característico de estruturas destinadas à circulação, fragmentação e reintrodução de valores entre integrantes de um mesmo núcleo de atuação", diz o despacho do ministro.

Segundo a Polícia Federal, outro conjunto de evidências aponta para uma possível"confusão patrimonial" entre o Instituto Conhecer Brasil (ICB), empresas contratadas pela entidade e pessoas ligadas ao grupo investigado.

De acordo com a representação reproduzida no despacho de Flávio Dino, os investigadores identificaram vínculos societários cruzados, proximidade entre sócios e administradores, empresas com faturamento declarado incompatível com os valores movimentados e sucessivas devoluções de recursos sem justificativa econômica aparente. Para a PF, esses elementos indicam a possível atuação coordenada de pessoas físicas e jurídicas formalmente distintas.

"Tais circunstâncias afastam a hipótese de relações comerciais ordinárias e indicam, em tese, a utilização de pessoas jurídicas como instrumentos de circulação patrimonial e ocultação de valores. Em vez de agentes econômicos independentes contratando entre si em condições de mercado, o que se observa é a atuação coordenada de entes formalmente distintos, mas materialmente integrados por interesses comuns e por um fluxo financeiro sem justificativa negocial consistente", diz o documento.

HISTÓRICO
v1 · 20/11/2026 04:06 · como foi encontrada · página SHA-256 eae8945d2cffaa4c1d0a…
v2 · 23/11/2026 09:35 · alteração pequena · página SHA-256 25ff6122970dd6db797e…
v3 · 26/11/2026 07:05 · alteração pequena · página SHA-256 41db22750711eabe7b32…

Fonte original: https://www.osul.com.br/ministro-do-supremo-flavio-dino-retira-sigilo-de-caso-dark-horse-relacionado-a-emendas-parlamentares/ · Coletado em 20/11/2026 04:06 · Gerado em 27/11/2026 23:54

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.